



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

Propósito

Assunto da Reunião:	Reunião do Comitê de Governança de TIC
Data da Reunião:	29/08/2018 às 15h
Local da Reunião:	Presidência – Prédio Sede
Próxima Reunião:	30/11/2018 às 13h30 Reunião de Avaliação Estratégica – PETIC 2015/2020

Convocados:

Nome	Unidade	Função
PLAUTO CARNEIRO PORTO	Presidência	Desembargador – Presidente
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	7ª VT de Fortaleza	Juiz do Trabalho
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	Gabinete da Presidência	Secretário-Geral da Presidência
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	Diretoria-Geral	Diretor-Geral
PATRICIA CABRAL MACHADO	Secretaria de Gestão Estratégica	Secretária de Gestão Estratégica
REGINALDO GARCIA DUPIM	SETIC	Secretário da SETIC, em substituição
FRANCISCO OTAVIO COSTA	16ª VT de Fortaleza	Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

Pauta	Deliberação
<p>1. PROPOSIÇÃO DA SETIC PARA ESTABELECEMOS QUE O PLANO DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DEVERÁ SE RESTRINGIR AO SISTEMA PJE DE 1º E 2º GRAU.</p> <p>Comitê de Gestão de TIC, em reunião ocorrida no dia 29/05/2018, deliberou por encaminhar ao Comitê de Governança essa proposição pelos seguintes motivos:</p> <p>a) Necessidade de estabelecer os rol de serviços essenciais para o plano de continuidade (ART. 10, § 2º, da Res. CNJ. N. 211/2015:</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 10. A estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TIC de cada órgão, deverão estar adequados às melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais para as atividades consideradas como estratégicas.</p> <p style="text-align: center;">...</p> <p style="padding-left: 40px;"><u>§ 2º Deverá ser estabelecido Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC, especialmente no que se refere aos serviços judiciais.</u></p> <p>b) deficiência de quadro na SETIC: Considerando o disposto no ART. 13 da Res. CNJ. N. 211/2015</p> <p>Ata do Comitê Gestor de TIC de 29/05: http://intranet.trt7.local/sti/files/reunioes/atas/2018/comite-gestor-ti/20180529-CGTI.pdf</p> <p>OBS: item remanescente da pauta da reunião do dia 24/07</p>	APROVADO.
<p>2. Definir soluções nacionais críticas de TIC para mapeamento de riscos. (Necessário para apuração de indicador do PETI 2015/2020)</p> <p>Sugestão: PJE+AUD, PROAD, SIGEP</p> <p>Exemplos: TRT3: PJE e SIGEO TRT4: PJE e AUD-PJE</p> <p>2.1 Ajustes na classificação dos serviços, para definição de</p>	APROVADO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

<p>SLA, Mapeamento de Riscos e Mensuração de indisponibilidade e Plano de Continuidade</p> <p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oKqR2dPvEpq46YpRBxDgrLW7Ew2StDNPoa9myeJFds4/edit#gid=405831624</p>	
<p>3. REDE WIFI: Definir a necessidade e abrangência da rede sem fio do Tribunal.</p> <p>RESOLUÇÃO CNJ n. 211/2015</p> <p>Art. 24. O nivelamento da infraestrutura de TIC deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:</p> <p><u>XIII - rede sem fio para a promoção dos serviços ofertados aos usuários e respeitando a política de segurança da informação de cada órgão, sempre que possível.</u></p> <p>Apreciação da proposta de projeto, parecer técnico, DOD e priorização.</p> <p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Hwnh25BWULrkPZJ2JQcl7h89AzB_u3A6NIYI4LsOxpU/edit#gid=586693154</p>	<p>Comitê delibera por fornecer rede sem fio para os ambientes de aprendizado e de reunião, em especial os seguintes locais:</p> <p>-todos os espaços da EJUD, inclusive no Fórum Autran Nunes; -espaços de convivência; -biblioteca; -Presidência;</p>
<p>4. Solução de videoconferência</p> <p>4.1 solução nacional: Apreciar DOD para envio ao CSJT</p> <p>4.2 solução regional voltada para sustentação oral a distância</p>	<p>4.1 Enviar DOD ao CSJT;</p> <p>4.2 Presidência irá abrir PROAD com a proposta de projeto;</p>
<p>5. Atualização da Portaria 167/2013 - Equipe de Homologação do PJe da 7ª Região</p> <p>Atualmente a Equipe de Homologação do PJe da 7ª Região (Portaria Nº 167/2013 c/c Portaria Nº 884/2014) está constituída pelos seguintes servidores:</p> <p>I - Integrantes de 1º Grau: - Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Caucaia HERMANO QUEIROZ JÚNIOR, - Servidora ROBERTA CORRÊA MARTINS, - Servidor FRANCISCO OTÁVIO COSTA, - Servidor JOÃO EMANUEL BEZERRA BASTOS, - Servidor IGOR BESSA MENEZES, - Servidor FÁBIO SANTOS DE LIMA;</p> <p>II - Integrantes de 2º Grau:</p>	<p>Otávio irá revisar os integrantes de 1º e 2º grau, a sistemática dos testes e eventualmente fará sugestão de nova composição e de processo de trabalho.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO




Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

<p>- Desembargador do Trabalho FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR, - Servidor ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, - Servidor DANIEL DE VASCONCELOS PÁSCOA, - Servidor RÔMULO DE SOUSA FROTA - Servidor ANTONIO GERMANO RABELO CUNHA.</p>	
<p>6. Interligação Bancária (SIF)</p> <p>Tendo em vista a reunião que ocorreu na Presidência com a CEF e que tratou de solução para administração de depósitos judiciais (consultas, alvarás, etc), buscamos informações junto ao TRT da 5ª Região (Bahia) e obtivemos como resposta:</p> <p>“- A solução não é integrada automaticamente com o PJe. - A solução que a CEF tem conosco hoje é totalmente acoplada ao nosso legado, chamado SAMP, que é em oracle forms. - Desafoga os servidores da CEF e das Varas, acabou com 70% de atendimento de balcão Ressalto que para adotar esta solução, os regionais terão que desenvolver solução própria, porém este desenvolvimento já está sendo feito nacionalmente com o SIF.” Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e-mail: erica.rossiter@trt5.jus.br</p> <p>Na verdade a solução utilizada na Bahia já foi avaliada há alguns anos e permanece a mesma desde então.</p> <p>Também contactei o TRT 20 (Sergipe) sobre a solução em homologação naquele Regional - sistema do Banco do Brasil - e que já está em produção em São Paulo e obtive como resposta que deve ser colocada em produção em Agosto, já integrada ao PJe.</p> <p>Deliberação do CGTIC em 09/07/2018:</p> <p>a) Comitê delibera por verificar se existe projeto nacional formalizado. b) Verificar também no TRT da 6ª Região a existência de projeto similar. c) Após essas pesquisas, tema deve ser novamente incluído na pauta.</p> <p>SISCONDJ, para integração com o BB para Alvarás, tem previsão de liberação Nacional em Dezembro de 2018. Usado em 100% das VT's do TRT2;</p> <p>-Projeto EGPJE-212 no Jira do CSJT: SIF 2.0 previsto para Julho de 2019, com integração do PJe e Caixa para pagamento de Alvarás.</p> <p>OBS: item remanescente da pauta da reunião do dia 24/07</p> <p>Proposta de visita ao TRT20 para verificação <i>in loco</i> do sistema e também do sistema de diárias.</p>	<p>Comitê delibera por enviar 4 Servidores para o TRT20 (previsão 4 e 5 de outubro), com o objetivo de avaliar os seguintes sistemas:</p> <p>-SISCONDJ (integração alvarás com o BB);</p> <p>-Sistemas de Diárias e Passagens;</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

<p>7. Proposta de alteração do método para pesquisa de satisfação dos usuários do TRT com os serviços de TIC:</p> <p>Atual: formulário de pesquisa na internet e intranet aberto ao público-alvo e seleção pela SGE de uma lista aleatória de Magistrados e Servidores que são convocados a responderem, com o objetivo de aumentar a representatividade das respostas.</p> <p>Proposta: retirar a obrigatoriedade.</p> <p>A pesquisa é necessária para medição dos indicadores do PETIC 2015-2020:</p> <p>Indicador 1.1: Índice de Satisfação dos Usuários Externos com os Serviços de TIC prestados pelo TRT7</p> <p>Indicador 1.2: Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TIC prestados pelo TRT7</p>	<p>Comitê delibera por retirar a obrigatoriedade.</p> <p>O questionário deverá ser o mais enxuto possível, com as seguintes ações coordenadas:</p> <ul style="list-style-type: none">-visitar as unidades;-entrevista (intranet); <p>Meta 10% do público interno;</p>
<p>8. Uso do PJe para processos administrativos de competência do Tribunal Pleno com distribuição para relator</p>	<p>Diretoria Geral apresentará a proposta de projeto, nos mesmos moldes da 18ª Região</p>
<p>9 – ACOMPANHAMENTO DO PDTIC 2018/2020</p>	<p>Deliberação</p>
<p>9.1 PLANO DE CONTRATAÇÕES (ciência do andamento)</p> <p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/1pYq1tetePs9VICAdM-HOhP7YUuLJStNI5rN6c4vdo60/edit?usp=sharing</p> <p>Serviços</p>  <p>Infraestrutura</p>  <p>Sistemas</p>  <p>Servidores de Rede (600.000,00) – discutir opção de aguardar a ARP do TST e eventual prorrogação de garantia dos servidores da sala cofre e descontinuidade da garantia dos equipamentos do site backup;</p>	<p>-Ciência do andamento das aquisições;</p> <p>-Para os servidores de rede o Comitê delibera por aguardar a licitação do TST (prevista para outubro). Esta demanda deverá ser incluída na pauta da próxima reunião para reavaliação.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

<p>9.2 PLANO DE AÇÃO</p> <p>a) Dar ciências das ações e o status por meio do painel de acompanhamento:</p> <p>https://jira.trt7.jus.br/jira/secure/RapidBoard.jspa?rapidView=1539</p> <p>b) Projetos pendentes de apreciação e priorização:</p> <ul style="list-style-type: none">-Sistema de Alarme Interno (Botão de Pânico) - PROAD 3230/2018-Revisão do Processo de Desenvolvimento de Software do TRT7 – PROAD 5100/2018 <p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/10bqxLuefGVnCVNGvMC9p1PzfxrxK0IUvtXbNx3VDu8k/edit#gid=0</p>	<p>Sistema de alarme interno: Comitê solicita parecer técnico do demandante, uma vez que será o responsável pela operacionalização.</p> <p>Revisão do Processo de Desenvolvimento de Software: Aprovado. Prioridade: baixa (na última posição da fila)</p>
<p>9.3 PLANO DE CAPACITAÇÃO</p> <p>Dado ciências das ações e o status por meio da planilha de acompanhamento:</p> <p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/15ejfoDoktRsWci-l7ZjOQOIC8jOS8WPr_QdsURHAgA0/edit?usp=sharing</p> <p>A contratação da plataforma de cursos online da Alura (R\$ 15.300,00 para 13 pessoas, em EAD) permitiu atender toda necessidade de capacitação da equipe da Divisão de Sistemas prevista para 2018, e ainda atender parcialmente a necessidade da equipe da Divisão de Serviços, liberando desta última o valor de R\$ 15.629.70.</p> <p>O plano foi alterado para inclusão de novas necessidades, registrar adiamentos (principalmente devido às dificuldades de fechar turmas) e cancelado cursos por perda de interesse.</p> <p>Plano de capacitação: R\$ 231.866,54 Adiado: R\$ 113.434,84 Cancelado: R\$ 22,317.70 Valor atualizado do Plano: R\$ 96.114,00 (em execução)</p>	<p>Ciência.</p>
<p>10. RAE do PETIC 2015/2020</p>	<p>Comitê delibera por realizar, excepcionalmente, apenas uma RAE de TIC em 2018, no dia 30 de novembro de 2018 às 13h30</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

PRESENTES	ASSINATURA
PLAUTO CARNEIRO PORTO	
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	
PATRICIA CABRAL MACHADO	
REGINALDO GARCIA DUPIM	
FRANCISCO OTAVIO COSTA	FÉRIAS.

Fortaleza-CE, 29 de agosto de 2018

Reginaldo Garcia Dupim
Redator da Ata